

Segundo relatório confidencial

Portugueses detidos na Tanzânia estão a passar grandes dificuldades

UM RELATÓRIO de cerca de quatro páginas, sobre as condições em que se encontram detidos desde Agosto, na Tanzânia, quatro caçadores-guias portugueses, chegou finalmente, esta semana, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Produzido pela Embaixada em Maputo, depois da terceira deslocação de um diplomata daquele país, o documento confidencial relata circunstanciadamente a situação de todos eles, revelando que o seu estado de saúde reflecte as dificuldades sérias, por que passam e que também se encontram muito afectados psicologicamente.

Recorda-se que se trata de Adelino Serras Pires, 56 anos, detido num hotel daquela cidade a 26 de Agosto, pouco antes de embarcar para a Europa; Adelino Serras Pires Júnior, 30 anos; Carlos Serras Pires Carneiro, 27 anos; e Rui Monteiro, 53 anos — os últimos três surpreendidos pela Polícia de Segurança durante uma caçada com quatro clientes norte-americanos na parte Ocidental do país.

Trabalhavam todos para uma empresa dos Estados Unidos, a Monterey Big Game Hunting Club, com sede em Midland, Texas, que desde há muitos anos desenvolve actividade cinegética na Tanzânia e em outros países africanos.

Informações colhidas pelo EXPRESSO junto dos familiares dos detidos — que se negaram a revelar o conteúdo do relatório diplomático, do qual souberam por iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros — referem que foi esta a primeira vez que tiveram boas notícias concretas e oficiais dos parentes, aguardando agora a chegada de cartas que todos eles foram autorizados a escrever e das quais foi portador Luis Barreiros. Essa correspondência,

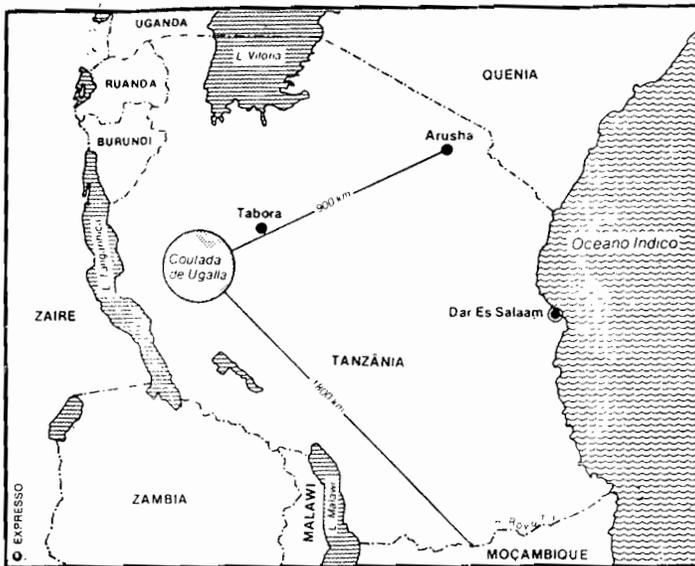
que chegará a Lisboa pela mala diplomática, poderá eventualmente dar a conhecer mais pormenores sobre a verdadeira origem das detenções e sobre os quatro meses de privação de liberdade que já sofreram.

Segundo fontes que o EXPRESSO consultou na Tanzânia e em Moçambique (onde os portugueses terão estado cerca de cinquenta dias, talvez desde 31 de Agosto), continua a não existir processo judicial a seu respeito, mantendo-se a detenção ao abrigo do chamado «Preventive Detention Act», uma lei tanzaniana que coloca nas mãos do presidente do país o poder de manter tal situação por tempo indeterminado, portanto mesmo sem culpa formada contra os detidos.

O diplomata português teve alguma dificuldade em deslocar-se da capital, Dar-Es-Salaam, até Arusha, no Norte. A visita aos detidos só foi autorizada já de noite — e durou até de madrugada — pelo que não lhe foi possível reconhecer em que tipo de prisões estão internados. De qualquer modo, sabe que os portugueses estão em celas onde existe apenas uma cama e com as janelas permanentemente fechadas por cortinas espessas, não lhes sendo permitido ouvir rádio ou ler.

O único encontro que terão tido os quatro — segundo se pode deduzir do relato de testemunhas que alegam tê-los visto no aeroporto de Maputo, a 31 de Agosto — poderá ter sido exactamente só durante o voo de Arusha para a capital moçambicana, num avião militar. Não está ainda confirmado, porém, que os detidos portugueses tenham estado numa cadeia das proximidades de Maputo, para onde teriam sido levados sempre de olhos vendados.

No caso de esta hipótese se ter verificado, isto é, de terem esta-



O círculo sombreado, neste mapa da Tanzânia, indica a localização da coutada onde os portugueses faziam o safari durante o qual foram detidos. Estão também indicadas as distâncias, em linha recta, para Arusha, onde se encontram presos, e para a fronteira moçambicana do Rovuma. Tabora, perto de Ugalla, é a sede da região administrativa onde foram identificados a 25 de Agosto

em Moçambique durante o período que algumas fontes referiram ao EXPRESSO, a partir de 31 de Agosto, seria verdade também que a permanência de Mário Soares em Maputo, no início de Setembro (em trânsito para o encontro da Internacional Socialista que teve lugar precisamente em Arusha) coincidiu com os primeiros dias de detenção dos portugueses em solo moçambicano — não tendo, contudo, a sua situação sido contemplada pelo gesto de clemência de Samora Machel para

com alguns outros detidos, igualmente portugueses, nas cadeias do país. De resto, não houve notícia da menor referência a este assunto durante a curta visita do primeiro-ministro de Portugal.

Esta longa detenção dos quatro caçadores-guias permanece por esclarecer e a diplomacia portuguesa tem revelado notória dificuldade em encontrar meios de actuar, sendo disso prova o facto de não ter tomado ainda qualquer posição, além de que, podendo fazê-lo, também

não se socorreu dos bons ofícios de qualquer país que mantenha relações com a Tanzânia.

A Imprensa tem-se referido a um «relatório» preparado por um moçambicano, a partir da capital portuguesa, que poderia estar na origem da detenção dos portugueses, mas nenhuma fonte oficial se lhe referiu ainda. Esse documento, do qual uma cópia teria chegado a Lisboa, é atribuído a um jornalista, que, segundo tudo indicaria, obteve alguns elementos junto da família dos caçadores-guias an-

tes de dois deles saírem de Portugal com destino à Tanzânia — e dos quais, aliás, se teria ido despedir à partida, como amigo que era deles, em Moçambique, onde viveram muitos anos.

Segundo esta versão, o Governo de Dar-Es-Salaam teria actuado a pedido de Maputo: um helicóptero da «Segurança» tanzaniana teria procedido a buscas em alguns pontos do país e a 25 de Agosto três dos caçadores-guias, que se encontravam com os clientes na coutada de Ugalla, foram a Tabora identificar-se e exibir as licenças de permanência, depois do que regressaram aos acampamentos. A detenção, em plena selva, ter-se-ia efectuado no dia seguinte, enquanto o quarto português era preso no hotel de Arusha.

Outra versão da origem das detenções refere-se a «actividades profissionais ilegais», mas esta parece não ter qualquer consistência, uma vez que a condução dos safaris era da responsabilidade de um tanzaniano, que não foi incomodado.

A invocação, da parte de Moçambique, de que os portugueses se preparavam para construir apoios no Sul da Tanzânia, destinados ao abastecimento e ao trânsito de elementos da Renamo que pudessem infiltrar-se no país pelo Rovuma, parece também não ter muita consistência — à luz da documentação disponível — por se considerar que a zona onde faziam os safaris fica a cerca de 1800 quilómetros daquela fronteira, além de que não se provou ainda que dispusessem de meios técnicos para tanto: a construção de uma pista de aterragem, mesmo de terra batida, implicaria o uso de máquinas e a mobilização de pessoal que dificilmente estariam ao seu alcance.